

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - AGO/2009 – JUL/2010

Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL**, com sede na Rua Presidente Eptácio Pessoa, 345, em Jaraguá do Sul, SC., por sua Presidente Sra. HELENICE VIEIRA DOS SANTOS, abaixo assinado, e de outro lado o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL**, com sede na Rua Octaviano Lombardi, nº 100, em Jaraguá do Sul, SC., por seu Presidente Sr. BLÁSIO MANNES, abaixo assinado, firmam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, mediante as seguintes cláusulas:

1. DA CORREÇÃO SALARIAL:

Como resultado das negociações coletivas envolvendo a data base de 01.08.2009, referente ao período de 01.08.08 a 31.07.2009, as partes convencionam que as empresas representadas pelo Sindicato Patronal, reajustarão os salários dos integrantes da categoria profissional a partir de 01.08.2009, mediante a aplicação do percentual de 5,57% (cinco vírgula cinqüenta e sete por cento).

1.1. Ficam as empresas autorizadas a compensar as eventuais antecipações concedidas no período de 01.08.08 a 31.07.2009, não se considerando, para este efeito, a diferença de valores entre o piso admissional e normativo, bem como os aumentos reais concedidos.

1.2. Para os empregados admitidos a partir de 1º de agosto de 2008, o reajuste salarial previsto nesta cláusula será aplicado de forma proporcional, respeitada a fração igual a 15 (quinze) dias de trabalho, no mês de admissão.

1.3. O disposto nesta cláusula não se aplica aos empregados admitidos a partir de 01.08.2009.

1.4. As eventuais rescisões ocorridas após 01.08.2009, referente aos empregados admitidos até 16.07.2009, serão objeto de rescisão complementar a ser quitada até 20.10.09.

1.5. Com a aplicação do disposto nesta cláusula às partes se declaram satisfeitas e plenamente quitadas em relação ao período de 01.08.08 a 31.07.2009, decorrente da livre negociação entre as partes.

2. SALÁRIO NORMATIVO/PISO SALARIAL

2.1. O Salário admissional será de R\$ 541,42 (quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos) para os trabalhadores do ramo do mobiliário e da construção civil.

2.2. Aos trabalhadores das empresas do ramo do mobiliário, admitidos a partir de 01.08.2009, após 90 (noventa) dias de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o salário normativo de R\$ 573,91 (quinhentos e setenta e três reais e noventa e um centavos);

2.3. Aos trabalhadores das empresas do ramo da construção civil, admitidos a partir de 01.08.2009, após 90 (noventa) dias de trabalho na mesma empresa, ficam assegurados os seguintes pisos salariais:

- R\$ 573,91 (quinhentos e setenta e três reais e noventa e um centavos), como piso salarial mínimo da categoria;
- R\$ 686,19 (seiscentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), para pedreiro e carpinteiro;

Parágrafo Único - Ficam excluídos da aplicação do Salário Normativo/Piso Salarial os menores aprendizes na forma da lei.

3. ANOTAÇÃO DO REAJUSTE SALARIAL

O reajuste salarial concedido por força da presente convenção será anotado na CTPS, com a seguinte expressão: "Reajuste Convenção Coletiva de Trabalho ou Antecipação Salarial", quando houver.

4. HOMOLOGAÇÕES

Serão homologadas pelo sindicato da categoria profissional todas as rescisões contratuais dos trabalhadores do ramo do mobiliário que tenham completado no mínimo 06 (seis) meses de trabalho na mesma empresa, e dos trabalhadores do ramo da construção civil que tenham completado no mínimo 4 (quatro) meses de trabalho na mesma empresa.

5. PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas que retiverem as verbas rescisórias além dos prazos legais (art. 477, § 6º da CLT) pagarão multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário nominal do empregado prejudicado, cominada com o artigo acima citado.

Esta penalidade não será aplicada à empresa quando houver recusa do empregado em receber as verbas rescisórias e/ou quando o mesmo deixar de comparecer na empresa ou sindicato profissional na data designada para recebimento das verbas rescisórias.

6. HORAS EXTRAS

As horas extras habituais serão incluídas no cálculo do 13º salário e das férias.

7. GARANTIA DE EMPREGO AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem dentro do prazo de 12 (doze) meses que antecede a aquisição do direito à aposentadoria, nas condições estabelecidas pela Emenda Constitucional n.º 20/98, e desde que contem com um mínimo de 10 (dez) anos de trabalho ininterrupto na mesma empresa e 45 (quarenta e cinco) anos ou mais de idade, fica assegurado o emprego e/ou salário durante o período que faltar para adquirir o direito à aposentadoria, salvo nos casos de rescisão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes.

A comprovação do tempo de serviço para fins desta Cláusula será encargo do empregado, devendo esta ser efetuada mediante a declaração expressa da Previdência Social.

Uma vez preenchidos os requisitos para aposentadoria, quer com base no artigo 201 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/98, quer com base no artigo 9.º da referida emenda, e caso o empregado optar pelo prosseguimento do contrato de trabalho, a garantia desta Cláusula deixará de prevalecer.

8. LICENÇA REMUNERADA

As empresas darão licença remunerada por 05 (cinco) dias durante a vigência desta convenção, aos trabalhadores que sejam dirigentes sindicais efetivos do sindicato profissional, para representar o mesmo em encontros, simpósios, congressos, etc., desde que comunicadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, ficando limitada tal concessão à no máximo 02 (dois) empregados de setores diferentes, por empresa, na vigência desta convenção.

9. COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos trabalhadores, por ocasião dos pagamentos, comprovante com a discriminação dos títulos que componham o valor recebido.

10. GARANTIAS SINDICAIS

10.1. ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL

Fica assegurado o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados à alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, desde que dê prévio conhecimento à mesma, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva, ficando facultado à empresa indicar ou não representante para acompanhá-lo.

10.2. SINDICALIZAÇÃO

As empresas se propõem a colaborar na sindicalização de seus empregados.

10.3. AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTOS

Fica autorizado o desconto para fins de seguro de vida em grupo e mensalidades associativas, recreativas, devendo os empregados serem esclarecidos do significado da adesão e, se aceito pelo mesmo, as empresas poderão efetuar o desconto em folha de pagamento.

10.4. QUADRO DE AVISOS

As empresas manterão, em local de fácil acesso, quadro de avisos não exclusivo, para fixação de avisos do sindicato profissional, assinado por sua Diretoria.

A empresa exporá os avisos dentro das 12 (doze) horas seguintes ao recebimento, pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, exceto os editais de convocação, que ficarão expostos até o dia de sua realização.

11. MORA SALARIAL

No caso de não pagamento dos salários dentro do prazo legal, as empresas pagarão os mesmos acrescidos de multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, em favor do empregado, sem prejuízo das demais cominações legais.

12. FÉRIAS

12.1. O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábado compensado, domingo ou feriado.

12.2. Fica assegurado ao trabalhador que pedir demissão, e que tenha menos de 01 (um) ano de trabalho, porém, mais de 6 (seis) meses de trabalho na mesma empresa, o direito de receber 1/12 (um doze avos) de férias por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados no mês.

13. FALTAS JUSTIFICADAS

O trabalhador poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, mediante apresentação de documento comprobatório por:

- a) 01 (um) dia em caso de falecimento de sogro (a);
- b) 03 (três) dias consecutivos no caso de morte de cônjuge, companheiro (a) e/ou filho (a);
- c) 03 (três) dias úteis ou 05 (cinco) dias consecutivos após o casamento; e,
- d) quando o trabalhador estudante tiver que prestar exames escolares dentro do horário de trabalho, com prévia autorização e posterior comprovação documental fornecida pelo estabelecimento de ensino oficial. Igual benefício será concedido em relação ao empregado que prestar exames vestibulares no Estado de Santa Catarina, limitado a 02 (dois) vestibulares na vigência da presente convenção.

14. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados os equipamentos de proteção individual e uniformes, quando previstos em lei ou por elas exigido.

15. OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS

As empresas se obrigam a não descontar o repouso semanal remunerado e feriado da semana respectiva, nos casos de ausência do empregado que trabalha no turno normal, para obtenção dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Carteira Nacional de Habilitação.

16. INTERNAÇÃO DE FILHO

Quando houver impossibilidade do esposo (a) ou companheiro (a) efetuar a internação do filho (a), a ausência do empregado (a) para realizar a respectiva internação, não será considerada para efeito de desconto do repouso semanal remunerado, feriado, férias e 13º salário.

17. JORNADA DE TRABALHO:

Para cumprimento do disposto no Inciso XIIIº, do artigo 7.º da Constituição Federal, as partes reconhecem como válida a adoção pelas empresas, da jornada de trabalho compensada na seguinte forma: a) funcionamento em uma semana com duração de 40 (quarenta) horas de trabalho (05 dias de 08 horas) e na semana seguinte, uma jornada de trabalho de 48 (quarenta e oito) horas (06 dias de 08 horas) – semana espanhola; b) funcionamento da semana de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho, de segunda à sexta-feira, sem expediente aos sábados, compensando-se as horas de Sábado durante os demais dias da semana; c) alternativamente, as empresas que não adotarem uma das jornadas acima, celebrarão acordos com seus empregados, para fixarem a jornada a ser adotada, mediante acordo coletivo com o Sindicato Profissional.

18. LANCHE

Havendo necessidade de o trabalhador realizar mais de duas horas extras (habituais ou esporádicas), fica a empresa obrigada a fornecer um lanche gratuito antes do início do trabalho extraordinário.

19. JORNADA DE TRABALHO – COMPENSAÇÃO DE SÁBADOS/FERIADOS:

As empresas que compensarem o trabalho aos sábados, em determinado setor ou em toda a fábrica, parcial ou integralmente, prorrogando a jornada de trabalho nos demais dias, não considerarão como horas extraordinárias esta prorrogação, se algum feriado cair no Sábado, assim como não exigirão que sejam repostas as horas que seriam prorrogadas, se cair algum feriado de 2.^a a 6.^a feira.

20. REDUÇÃO DO INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

Fica facultado às empresas, estabelecerem jornada de trabalho com redução do intervalo para refeição ou descanso para meia hora, desde que possuam refeitório em seu estabelecimento, na forma da lei, mediante acordo firmado com o sindicato profissional.

21. FERIADÕES

Fica facultado às empresas estabelecerem alterações na jornada de trabalho para a realização de feriados, bem como a forma de compensação das horas da jornada de trabalho alterada. Esta alteração e compensação será submetida à aprovação dos empregados abrangidos, que se manifestarão mediante votação secreta, em data previamente agendada e comunicada ao Sindicato Profissional, que poderá indicar um representante para acompanhar a votação desde que na empresa não haja nenhum representante sindical. Na hipótese positiva, este deverá acompanhar a votação. Considerar-se-á aprovada a alteração desde que conte com o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos votos a ela favoráveis, realizados.

Parágrafo Único – caso não fixada a data para a compensação, a mesma deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

22. RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

Nas reclamações trabalhistas a serem ajuizadas pelo sindicato profissional, este se compromete antes de ajuizá-las, a gestionar junto às empresas, objetivando uma solução conciliatória.

23. PRORROGAÇÃO DO TRABALHO DE MULHERES E MENORES

É facultado às empresas celebrarem Acordo de Prorrogação de Jornada de Trabalho para Mulheres e Menores, para fins de compensação dos sábados (semana inglesa e semana espanhola), através de acordos diretos com os empregados, observada a legislação pertinente, com assistência do Sindicato Profissional.

24. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO DO MESMO GRUPO ECONÔMICO

As empresas poderão transferir seus empregados para outra empresa do mesmo grupo econômico, desde que haja concordância entre as partes. Neste caso, tendo em vista a imediata admissão em outra empresa do grupo, não será devido o aviso prévio, mesmo que a transferência seja efetuada mediante rescisão contratual.

25. JORNADA DE TRABALHO PARA VIGIAS

Com base no artigo 7.º Inciso XIII da Constituição Federal, fica facultado às Empresas, cujos empregados exerçam exclusivamente a função de vigia, estabelecerem acordo de prorrogação e compensação de jornada de trabalho, com 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, ou outra forma de jornada de revezamento nos termos do parágrafo único do artigo 67 da CLT.

26. TRANSPORTE GRATUITO OU SUBSIDIADO

No caso de haver transporte gratuito ou subsidiado aos empregados, o tempo gasto no transporte não será considerado como jornada *in itinere* nos termos previstos na súmula número 90 do TST.

27. CURSOS DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO:

Não serão pagas nem como horas normais nem como extras, aquelas que os empregados despenderem fora do horário normal de trabalho para participarem de cursos de formação e treinamento, quando estes forem colocados à disposição dos mesmos para sua adesão, sem obrigação da sua participação.

28. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:

Nas empresas que contem com serviço médico/odontológico próprio e/ou conveniado, terão validade prioritária os atestados médicos e odontológicos fornecidos por estes serviços em relação a outros, que deverão ser entregues à empresa, no primeiro dia do retorno ao trabalho.

29. FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO/BANCO DE HORAS:

A implantação da Flexibilização da jornada de trabalho/banco de horas, deverá ser feita mediante entendimento direto com o Sindicato Profissional, que negociará os critérios para sua implantação, dentre os quais, inclusive, a realização de assembléia com os empregados.

30. MULTA

Fica estipulada a multa de R\$ 8,45 (oito reais e quarenta e cinco centavos) por trabalhador e por falta cometida, pelo descumprimento de qualquer cláusula desta Convenção Coletiva, desde que notificada à parte infratora, para cumprimento num prazo de até 10 (dez) dias, revertendo à importância em favor da parte reclamante.

31. ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE EM CASO DE ALOJAMENTO

As empresas de outra base territorial que vierem prestar serviços na região abrangida pela presente convenção, e manterem empregados em alojamento, deverão fornecer transporte e alimentação gratuitos durante o período em que perdurar a obra.

32. ASSEMBLÉIA GERAL DOS TRABALHADORES

Fica vedado às empresas a convocação de horas extraordinárias, bem como a compensação de horas nos dias de realização de assembléia geral promovida pelo Sindicato profissional, desde que a data da assembléia seja oficiada ao Sindicato patronal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

Casos excepcionais, em que haja a necessidade de trabalho extraordinário nestas datas, serão resolvidos mediante intervenção e acordo entre os Sindicatos Patronal e Profissional.

33. DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

Nos casos de despedida por justa causa, a empresa fica obrigada a notificar o trabalhador demitido por escrito, indicando os motivos da demissão, e entregará uma cópia ao Sindicato profissional por ocasião da rescisão contratual.

34. COMITÊ PERMANENTE MICRO REGIONAL

As partes reconhecem a importância da manutenção do comitê permanente regional sobre condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção (CPMR), NR 18, de Jaraguá do Sul e Região.

35. VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 12 (doze) meses, a iniciar-se em 1º de agosto de 2009 e a terminar em 31 de julho de 2010, e abrangerá todas as empresas e trabalhadores das categorias profissional e patronal representadas pelo sindicato e Federação convenentes.

E, por estarem justas e conveniadas, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, devendo uma via ser depositada na DRT/SC.

Jaraguá do Sul, 27 de agosto de 2009

HELENICE VIEIRA DOS SANTOS

CPF – 041.155.569-35

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul e Região

BLÁSIO MANNES

CPF – 004.366.319-20

Presidente Sindicato das Indústrias
da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul